



Universidade Federal do Pampa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JOAQUIM DA CRUZ CORREIA

**A EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL: UMA
ANÁLISE DOS FLUXOS ENTRE 2004 E 2024**

Santana do Livramento

2026

JOAQUIM DA CRUZ CORREIA

**A EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL: UMA
ANÁLISE DOS FLUXOS ENTRE 2004 E 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Altacir Bunde

Santana do Livramento

2026

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C824e Correia, Joaquim da Cruz

A EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DOS FLUXOS ENTRE 2004 E 2024 / Joaquim da Cruz
Correia.

53 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2026.

"Orientação: Altacir Bunde".

1. Investimento Externo Direto. 2. Economia Brasileira. 3.
Desindustrialização. 4. Séries Históricas. 5. Corrente
Crítica. I. Título.

JOAQUIM DA CRUZ CORREIA

**A EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL: UMA ANÁLISE
DOS FLUXOS ENTRE 2004 E 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal
do Pampa, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Altacir Bunde.

Dissertação defendida e aprovada em: 02 de julho de 2026.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Altacir Bunde

Orientador
UNIPAMPA

Prof^ª. Ma. Mitali Daian Alves Maciel
UNIPAMPA

Prof^ª. Ms. Denise Gomes de Gomes
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **ALTACIR BUNDE, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/07/2026, às 18:51, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MITALI DAIAN ALVES MACIEL, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 06/07/2026, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **DENISE GOMES DE GOMES, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 06/07/2026, às 19:29, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2085724** e o código CRC **15BFA7AB**.

RESUMO

O Investimento Externo Direto (IED) é amplamente apontado na literatura econômica como um motor para o desenvolvimento nacional, embora suas consequências reais na estrutura produtiva de economias periféricas sejam alvo de intensos debates teóricos. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução do IED no Brasil no período de 2004 a 2024, buscando compreender sua dinâmica, determinantes e impactos sobre a economia brasileira. Para tanto, adotou-se uma metodologia de natureza quantitativa, descritiva e documental, fundamentada na coleta e tratamento de dados secundários extraídos das séries históricas do Banco Central do Brasil (BCB) e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), analisados à luz das correntes teóricas neoclássica e crítica. Os resultados revelam que, apesar do expressivo volume de capital atraído pelo país nas últimas duas décadas, o fluxo tendeu a se concentrar predominantemente na modalidade de participação no capital e no setor de Serviços. Conclui-se que o padrão de atração do IED no Brasil corroborou as teses da corrente crítica, evidenciando um processo de especialização regressiva e desindustrialização relativa, no qual a entrada de capital estrangeiro aprofundou a dependência estrutural e a vulnerabilidade externa da economia nacional frente à dinâmica global.

Palavras-chave: Investimento Externo Direto; Economia Brasileira; Desindustrialização; Séries Históricas; Corrente Crítica.

ABSTRACT

Foreign Direct Investment (FDI) is widely recognized in economic literature as a driver for national development, although its actual consequences on the productive structure of peripheral economies remain a subject of intense theoretical debate. This study aims to analyze the evolution of FDI in Brazil from 2004 to 2024, seeking to understand its dynamics, determinants, and impacts on the Brazilian economy. To achieve this, a quantitative, descriptive, and documentary research methodology was adopted, based on the collection and processing of secondary data extracted from the historical series of the Central Bank of Brazil (BCB) and the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), analyzed through the lenses of both neoclassical and critical economic theories. The results reveal that, despite the significant volume of capital attracted by the country over the last two decades, the flows tended to concentrate predominantly in the equity capital modality and within the services sector. In conclusion, the pattern of FDI attraction in Brazil corroborates the theses of the critical current, demonstrating a process of regressive specialization and relative deindustrialization, in which the influx of foreign capital deepened structural dependence and external vulnerability of the national economy in the face of global dynamics.

Keywords: Foreign Direct Investment; Brazilian Economy; Deindustrialization; Historical Series; Critical Current.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1- Evolução temporal dos fluxos de IED no Brasil (1990–2024).....	30
Gráfico 2- Tendências Históricas e Evolução Comparativa do IED Setorial no Brasil (2006–2024) ..	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Classificação das vantagens de localização segundo a motivação do IED	15
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução anual dos ingressos líquidos de IED no Brasil (1990–2024)	27
Tabela 2- Composição do Fluxo Líquido de Investimento Direto no País (IDP) (2004–2024).....	34
Tabela 3- Entradas de Investimento Externo Direto (IED) no Brasil, fluxo mundial e participação brasileira (2004–2024)	37
Tabela 4- Distribuição do IED por setor a cada ano, entre 2006 e 2024 (em US\$ bilhões).....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos	11
1.1.1 Objetivo Geral	11
1.1.2 Objetivos Específicos	11
1.2 Justificativa	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Corrente Neoclássica e o IED como Motor do Desenvolvimento	13
2.1.1 Os Três Pilares do Paradigma OLI	14
2.2 Corrente Crítica e o IED	16
2.3 Investimento Estrangeiro Direto no Brasil	23
3 METODOLOGIA.....	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1 Os Fluxos de Ingressos Líquidos de IED no Brasil	27
4.2 Discussão dos Determinantes dos Fluxos de IED à Luz da Literatura	31
4.3 Análise Desagregada e Composição Estrutural dos Fluxos de IED (2004–2024)	33
4.4 Evolução dos Fluxos de IED no Brasil (2004–2024)	35
4.5 Distribuição Setorial e Composição do IED no Brasil (2006–2024).....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O Investimento Externo Direto (IED) consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais mecanismos de integração econômica internacional, desempenhando papel relevante na expansão das atividades produtivas, na internacionalização das empresas e no aprofundamento das relações econômicas entre países (Dunning, 1988). Em um contexto marcado pela crescente mobilidade de capitais, pela expansão das empresas transnacionais e pelo avanço da globalização, os fluxos de IED passaram a exercer influência significativa sobre o crescimento econômico, contribuindo para a formação de capital, a difusão tecnológica e o aumento da competitividade produtiva (Hymer, 1976). Nesse contexto, a análise desses investimentos constitui um importante instrumento para compreender as transformações econômicas observadas em diferentes países e os fatores que condicionam sua inserção na economia mundial.

Entre as economias emergentes, o Brasil destaca-se historicamente como um dos principais destinos de investimento estrangeiro. Segundo Laplane e Sarti (2002), o tamanho de seu mercado consumidor, a disponibilidade de recursos naturais, a diversificação de sua estrutura produtiva e seu potencial de crescimento contribuíram para atrair expressivos volumes de capital externo ao longo do tempo. Entretanto, essa trajetória não se desenvolveu de forma linear. Os fluxos de IED foram influenciados por mudanças econômicas, políticas e institucionais, tanto no ambiente doméstico quanto no cenário internacional, refletindo diferentes ciclos de expansão e retração. Nesse sentido, o estudo da evolução desses investimentos permite compreender aspectos centrais da inserção internacional do país e os fatores que contribuíram para consolidar sua capacidade de atração de capitais ao longo das últimas décadas.

Compreender essa dinâmica exige não apenas observar o comportamento dos fluxos de investimento, mas também analisar os fatores que influenciam sua entrada e distribuição entre os diversos setores da economia. Nesse sentido, a revisão da literatura apresenta os principais conceitos relacionados ao IED, suas formas de realização, seus determinantes e as evidências empíricas observadas em economias emergentes e no Brasil, fornecendo o embasamento teórico necessário à interpretação dos resultados da pesquisa.

O período compreendido entre 2004 e 2024 mostra-se particularmente relevante por abranger diferentes ciclos econômicos e acontecimentos que influenciaram significativamente os fluxos internacionais de capital. Durante esse intervalo, de acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2024), a economia brasileira experimentou momentos de crescimento,

expansão do mercado interno e fortalecimento de sua atratividade para investidores estrangeiros. Em contrapartida, também enfrentou períodos de desaceleração econômica, instabilidade política e impactos decorrentes de crises internacionais.

Entre os eventos mais relevantes, destacam-se a crise financeira internacional de 2008, as oscilações nos preços das commodities, a recessão econômica observada na década de 2010, a pandemia da Covid-19 e o subsequente processo de recuperação econômica. Além disso, relatórios da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2024) apontam que a reorganização das cadeias globais de valor, as mudanças nas estratégias das empresas multinacionais e as recentes transformações do ambiente econômico internacional reforçam a importância de uma análise atualizada dos fluxos de IED até 2024.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: **como evoluíram os fluxos de Investimento Externo Direto (IED) no Brasil entre 2004 e 2024 e quais foram os principais fatores associados a essa evolução?** A investigação dessa questão permite ampliar a compreensão sobre a trajetória recente dos fluxos de IED no Brasil sobre os fatores associados à sua evolução, contribuindo para o entendimento de seu papel no desempenho econômico nacional.

A pesquisa delimita-se ao território brasileiro e ao período de 2004 a 2024, adotando uma abordagem descritiva e comparativa fundamentada em séries históricas provenientes de fontes oficiais nacionais e internacionais. A análise concentra-se na evolução dos fluxos de IED no Brasil em comparação ao cenário global, bem como em sua distribuição setorial em nível agregado, conforme a disponibilidade das bases de dados utilizadas. Ressalta-se que o objetivo não consiste em estabelecer relações causais, mas em identificar tendências, padrões e associações observáveis ao longo do período analisado.

A relevância do tema decorre do papel do IED no desenvolvimento econômico e na inserção internacional do Brasil. Além de contribuir para a ampliação da capacidade produtiva e para o fortalecimento da competitividade empresarial, esses investimentos refletem as condições econômicas internas, as transformações do ambiente internacional e as estratégias adotadas pelas empresas multinacionais. Dessa forma, este estudo busca contribuir para a compreensão da dinâmica recente do investimento estrangeiro no país e de seu papel no contexto econômico contemporâneo.

Por fim, este trabalho está estruturado em cinco capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico sobre o Investimento Estrangeiro (IED) e sua relação com o desenvolvimento econômico. O terceiro descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. O quarto reúne os resultados e as discussões decorrentes

da análise dos dados. Por fim, o quinto apresenta as considerações finais, destacando as principais conclusões do estudo, suas limitações e sugestões para pesquisas futuras.

1.1 Objetivos

Nesta seção são apresentados os objetivos da pesquisa, iniciando-se pelo objetivo geral e, em seguida, pelos objetivos específicos.

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a evolução do Investimento Externo Direto (IED) no Brasil, no período de 2004 a 2024, identificando sua dinâmica, seus principais determinantes e seus impactos sobre a economia brasileira.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Contextualizar o Investimento Externo Direto (IED) no Brasil, apresentando seus conceitos, características, formas de realização e relevância;
- b) Analisar a evolução dos fluxos de Investimento Externo Direto (IED) no Brasil entre 2004 e 2024, com base nas séries históricas do Banco Central do Brasil (BCB) e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), identificando tendências, oscilações e comparando a evolução brasileira ao cenário global;
- c) Examinar a distribuição do Investimento Externo Direto (IED) no Brasil, identificando os setores da economia que receberam os maiores volumes de investimentos e como essa distribuição se modificou ao longo do período analisado.

1.2 Justificativa

O IED representa um dos principais instrumentos de integração econômica internacional e exerce influência significativa sobre a dinâmica de crescimento das economias contemporâneas. No Brasil, sua relevância pode ser observada pelo volume de recursos direcionados ao país ao longo das últimas décadas e por sua presença em diversos setores da atividade econômica. Nesse sentido, a análise da evolução desses investimentos contribui para

compreender aspectos relevantes da inserção do Brasil na economia global e das transformações ocorridas em sua estrutura produtiva.

A delimitação do período entre 2004 e 2024 justifica-se por abranger diferentes conjunturas econômicas que influenciaram o comportamento dos fluxos internacionais de capital. Nesse intervalo, ocorreram eventos de grande impacto, como a crise financeira internacional de 2008, a desaceleração da economia brasileira na década de 2010 e os efeitos econômicos da pandemia da Covid-19. A observação desses diferentes momentos permite identificar mudanças na trajetória do IED e compreender como esses fluxos responderam aos distintos cenários econômicos.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo busca contribuir para a atualização do conhecimento sobre a evolução do IED no Brasil, reunindo evidências que permitam analisar sua dinâmica recente em perspectiva histórica. Embora o tema seja amplamente discutido na literatura econômica, a atualização da análise até 2024 possibilita incorporar acontecimentos recentes que influenciaram os investimentos internacionais e a posição do Brasil entre os principais destinos de capital estrangeiro.

Além da contribuição acadêmica, a pesquisa apresenta relevância prática ao oferecer subsídios para a compreensão dos fatores associados à atração de investimentos estrangeiros e de sua relação com indicadores da economia brasileira. Ao analisar a evolução desses fluxos ao longo de duas décadas, o estudo busca contribuir para discussões sobre desenvolvimento econômico, ambiente de negócios e estratégias de atração de investimentos, ampliando o entendimento sobre o papel desempenhado pelo IED na economia nacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o referencial teórico que fundamenta a pesquisa. Inicialmente, são abordados os conceitos e as características do Investimento Externo Direto (IED). Em seguida, discutem-se as principais abordagens teóricas relacionadas ao tema e sua contribuição para a compreensão da dinâmica dos investimentos estrangeiros e do desenvolvimento econômico. No âmbito da teoria econômica internacional, o IED é analisado por diferentes correntes de pensamento, que oferecem interpretações distintas sobre seus efeitos, destacando-se a perspectiva neoclássica e a corrente crítica.

2.1 Corrente Neoclássica e o IED como Motor do Desenvolvimento

A corrente neoclássica, fundamentada nos modelos de crescimento econômico e no Paradigma OLI, proposto por John Dunning (1988), concebe o IED como um importante vetor de desenvolvimento econômico. Para Dunning, o IED resulta da confluência entre vantagens de propriedade (*Ownership*) detidas pelas empresas transnacionais (ETNs), vantagens de localização (*Location*) do país hospedeiro e benefícios de internalização (*Internalization*) da produção. Nessa perspectiva, o IED constitui um mecanismo relevante para a transferência de tecnologia, capital e *know-how* (Solow, 1956; Romer, 1990), promovendo ganhos de eficiência, estimulando o crescimento econômico de longo prazo nos países receptores e contribuindo para a modernização de suas estruturas produtivas.

Essa abordagem está alinhada aos modelos de crescimento que destacam o papel da acumulação de capital e, posteriormente, do progresso tecnológico como determinantes do crescimento econômico de longo prazo. Assim, o IED não é interpretado apenas como um fluxo de capital financeiro, mas como um mecanismo capaz de promover a difusão tecnológica, a modernização produtiva e a disseminação de práticas gerenciais nas economias receptoras.

A fundamentação teórica dessa perspectiva encontra respaldo, inicialmente, no modelo de crescimento de Robert Solow (1956). Embora considere o progresso tecnológico um fator exógeno, o modelo estabelece que a acumulação de capital físico é essencial, enquanto o crescimento sustentável de longo prazo é determinado, em última instância, pela taxa de progresso tecnológico. Nesse contexto, o IED desempenha papel relevante na aceleração da acumulação de capital e, sobretudo, na transferência de tecnologia e das melhores práticas de gestão das economias mais avançadas para as economias em desenvolvimento.

Posteriormente, os modelos de crescimento endógeno, desenvolvidos por economistas como Paul Romer (1990), reforçaram essa perspectiva ao reconhecerem a inovação e o progresso tecnológico como fatores gerados endogenamente na economia, frequentemente por meio de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e pelo acúmulo de capital humano.

Do ponto de vista microeconômico, Chirinko (1993) reforça que as decisões de investimento das empresas respondem a variáveis como custo de capital e expectativas de retorno, elementos que também ajudam a explicar o comportamento do IED como modalidade de investimento fixo.

As Empresas Transnacionais (ETNs), ao realizarem IED, constituem os principais agentes na geração e difusão do conhecimento. Assim, o IED passa a ser considerado um canal de difusão (*spillover*) de *know-how* e tecnologia. O arcabouço teórico mais influente para

explicar a motivação e o padrão do IED, amplamente associado à corrente neoclássica, é o Paradigma OLI (*Ownership, Location e Internalization*) de John H. Dunning (1988), também conhecido como Paradigma Eclético. Segundo Dunning (1988), uma ETN realizará um investimento externo direto quando três condições estiverem reunidas simultaneamente: a posse de vantagens específicas de propriedade (O); a existência de vantagens de localização (L) no país hospedeiro; e a percepção de benefícios de internalização (I) da produção.

2.1.1 Os Três Pilares do Paradigma OLI

O Paradigma OLI (*Ownership, Location e Internalization*), desenvolvido por John Dunning (1988), constitui uma das principais abordagens utilizadas para explicar a realização do Investimento Externo Direto (IED). Segundo o autor, a decisão de uma empresa transnacional (ETN) de investir em outro país depende da combinação de três grupos de vantagens: propriedade, localização e internalização. A presença simultânea desses elementos é o que torna o investimento externo economicamente viável e estrategicamente atrativo.

a) Vantagens de Propriedade (*Ownership* – O)

As vantagens de propriedade correspondem aos ativos específicos que diferenciam a ETN de seus concorrentes e lhe permitem atuar de forma competitiva em mercados estrangeiros. Esses ativos podem ser tangíveis ou intangíveis e representam a principal fonte de vantagem competitiva da empresa.

Essas vantagens explicam por que a ETN possui condições de operar de forma competitiva em mercados estrangeiros, mesmo enfrentando empresas já estabelecidas nesses mercados. Entre os principais exemplos destacam-se tecnologias patenteadas, marcas consolidadas, conhecimento técnico especializado (*know-how*), métodos avançados de gestão, processos produtivos eficientes e economias de escala.

b) Vantagens de Localização (*Location* – L)

As vantagens de localização referem-se às características do país receptor que tornam o investimento externo atrativo para a empresa. Esses fatores influenciam a escolha do local onde a produção ou parte das operações será realizada.

Essas vantagens influenciam a decisão da ETN quanto ao país em que realizará o investimento. Entre os principais fatores de localização destacam-se a disponibilidade de mão de obra qualificada, o tamanho do mercado consumidor, o acesso a recursos naturais, a qualidade da infraestrutura, os incentivos governamentais e a estabilidade econômica e

institucional do país hospedeiro. O Quadro 1 apresenta essa classificação, destacando o foco de cada fator de localização e exemplos associados às diferentes estratégias de investimento.

Quadro 1- Classificação das vantagens de localização segundo a motivação do IED

Motivação IED	Foco Principal do Fator de Localização	Exemplos Específicos
Busca por Mercado (Market-Seeking)	Acesso ao mercado e ao consumidor final.	Tamanho e crescimento do mercado interno; barreiras alfandegárias/tarifárias (que exigem produção local); renda per capita.
Busca por Recursos (Resource-Seeking)	Disponibilidade e custo de insumos essenciais.	Matérias-primas abundantes; custo e qualificação da mão de obra; custo de energia; infraestrutura de transporte e comunicação.
Busca por Eficiência (Efficiency-Seeking)	Otimização da cadeia de valor global.	Diferenciais de custo entre países; participação em acordos de livre comércio regionais; facilidade de clustering (aglomeração de fornecedores e concorrentes).
Busca por Ativos Estratégicos (Strategic Asset-Seeking)	Aquisição de ativos de conhecimento ou tecnologia.	Presença de centros de P&D; universidades ou startups inovadoras; capital humano altamente qualificado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

c) Vantagens de Internalização (*Internalization* – I)

As vantagens de internalização referem-se à decisão da empresa transnacional (ETN) de realizar internamente suas atividades produtivas e gerenciais, em vez de transferir seus ativos por meio de contratos de licenciamento, franquias ou outras formas de parceria com empresas locais. Em outras palavras, a empresa opta por manter o controle direto sobre suas operações no exterior, utilizando suas vantagens de propriedade em mercados considerados mais atrativos.

Esse componente do Paradigma OLI explica como a ETN decide explorar suas vantagens competitivas. A internalização surge como uma alternativa para reduzir custos de transação e minimizar problemas associados às falhas de mercado, especialmente quando estão envolvidos ativos estratégicos e conhecimentos de difícil transferência.

Entre os principais benefícios dessa estratégia destacam-se a proteção do conhecimento tecnológico e do *know-how* empresarial, a manutenção de padrões de qualidade, a preservação de informações estratégicas e a coordenação mais eficiente das cadeias globais de valor. Dessa

forma, a ETN reduz os riscos associados ao compartilhamento de seus ativos com terceiros e amplia sua capacidade de controlar os resultados de suas operações internacionais.

O Paradigma OLI sustenta que o Investimento Externo Direto (IED) ocorre quando uma empresa possui vantagens de propriedade capazes de gerar diferenciação competitiva, identifica vantagens de localização que tornam determinado país atrativo para seus investimentos e, ao mesmo tempo, considera mais eficiente internalizar suas atividades do que transferi-las para outras organizações. A combinação desses três elementos fornece uma das principais explicações para a expansão internacional das empresas transnacionais e para a realização de investimentos produtivos no exterior.

2.2 Corrente Crítica e o IED

A corrente crítica da análise econômica, enraizada na tradição marxista (Paulo Netto, 2011) e na Teoria da Dependência, oferece uma contrapartida à visão otimista do IED defendida pela corrente neoclássica. Essa perspectiva parte da compreensão da natureza do capitalismo contemporâneo como um sistema marcado pela expansão do capital financeiro e pela subordinação da produção aos interesses rentistas (Marques; Nakatani, 2014). Nesta perspectiva, o IED não é visto como um vetor de desenvolvimento, mas como o principal mecanismo que reforça a dominação, a desigualdade estrutural e a subordinação dos países periféricos aos centros capitalistas globais.

Dentro dessa corrente, o IED está intrinsecamente ligado à lógica da expansão e acumulação do capital monopolista e, mais recentemente, à mundialização do capital sob hegemonia financeira. O investimento não busca benefícios mútuos entre os países, mas a maximização do lucro e do controle por parte das empresas transnacionais (ETNs). Essa busca por controle resulta na polarização econômica entre o centro desenvolvido e a periferia dependente, consolidando a hierarquia global.

Essa perspectiva analisa o IED sob a ótica da dominação e da desigualdade estrutural. Autores como Chesnais (1996) argumentam que, no contexto da mundialização do capital, o IED não é neutro, mas o principal mecanismo que reforça a polarização econômica e a subordinação financeira. No Brasil, essa leitura da mundialização do capital proposta por Chesnais foi incorporada e desenvolvida por Cassiolato, Matos e Lastres (2014), que discutem suas implicações para a inserção do país na economia internacional. Segundo Chesnais (1996), grande parte dos fluxos de IED concentra-se em Fusões e Aquisições (F&As), sendo impulsionada pela lógica da finança e pela busca por controle oligopolista, em detrimento da

criação de novas capacidades produtivas. Essa interpretação é complementada por Bunde (2020), que, ao analisar o caso brasileiro, aponta que a entrada de IED no agronegócio promove a estrangeirização e uma intensa reestruturação territorial, aprofundando as desigualdades regionais e configurando-se como um instrumento de imperialismo que subordina o desenvolvimento nacional aos interesses globais das ETNs.

Arrighi (1994) integra o IED em sua análise dos ciclos sistêmicos de acumulação, conforme exposto em *O Longo Século XX*. Nessa perspectiva, o IED não é visto como um evento isolado ou puramente microeconômico, mas como uma manifestação estrutural das diferentes fases de expansão e reestruturação do sistema-mundo capitalista. O autor argumenta que cada ciclo de hegemonia (genovesa, holandesa, britânica e, mais recentemente, estadunidense) passa por uma fase de expansão material (investimento em produção e comércio) e culmina em uma fase de expansão financeira. O IED ganha proeminência justamente nessa segunda fase.

Arrighi (1994) demonstra que o surgimento de fluxos maciços de capital financeiro, que frequentemente englobam o IED em operações de fusões, aquisições e portfólio, sinaliza o esgotamento do ciclo hegemônico dominante. O IED, em particular, reflete a incapacidade do capital de obter lucros equivalentes no setor produtivo, levando-o a concentrar-se em aplicações de domínio e centralização. Esse movimento de "viragem financeira", caracterizado pelo deslocamento do investimento produtivo para a acumulação puramente financeira e rentista, manifesta a lógica de centralização e dominação do capital em escala sistêmica, na qual o IED atua como um vetor de reorganização da propriedade global e do controle sobre recursos estratégicos, intensificando a competição intercapitalista e acelerando a transição hegemônica.

Portanto, para Arrighi (1994), o IED não constitui apenas um fator de crescimento econômico, mas um sintoma das crises estruturais e das transições hegemônicas do sistema-mundo. Nessa perspectiva, sua expansão reflete a predominância do capital financeiro e a reorganização do controle sobre recursos e mercados em escala global.

A interpretação proposta por Arrighi (1994) encontra convergência com a análise desenvolvida por Chesnais (1996). Embora partam de enfoques distintos, ambos compreendem o IED como parte da dinâmica de expansão do capitalismo contemporâneo e da crescente predominância do capital financeiro sobre a esfera produtiva. Enquanto Arrighi enfatiza os ciclos sistêmicos de acumulação e as transições hegemônicas, Chesnais aprofunda essa discussão ao analisar a mundialização do capital e a reorganização produtiva promovida pelas empresas transnacionais.

Chesnais (1996) estabelece uma análise crítica do IED, posicionando-o como o principal vetor da nova fase de internacionalização do capital, a qual conceitua como mundialização. Diferentemente do comércio internacional tradicional, o IED reflete a estratégia das grandes empresas transnacionais (ETNs) de se organizarem globalmente, reestruturando a produção e a apropriação de valor em escala planetária. Segundo o autor, o IED não apenas desloca capital, mas também comanda uma parcela crescente dos fluxos transfronteiriços de bens e serviços, notadamente por meio dos fluxos intrafirma, que consistem em trocas internas entre subsidiárias de uma mesma corporação. O uso de preços de transferência nesses intercâmbios permite às ETNs manipular lucros e otimizar a carga tributária em nível global, reforçando o poder e a autonomia dessas grandes unidades oligopolistas (Chesnais, 1996).

Apesar de ser classicamente associado ao capital produtivo, Chesnais ressalta a natureza intrinsecamente financeirizada do IED no capitalismo contemporâneo. Ele argumenta que a maioria dos fluxos de IED é direcionada para aquisições e fusões (*M&A*) de empresas já existentes nos países avançados, notadamente na Tríade (Estados Unidos, Europa e Japão), em vez de se concentrar na criação de novas capacidades produtivas. Essa dinâmica demonstra que o IED opera sob a dominância da finança, privilegiando a busca por rentabilidade rápida, a consolidação de posições de mercado e a centralização do capital. Essa lógica reforça a polarização econômica, concentrando a riqueza e o controle tecnológico nos centros capitalistas e limitando o impacto do IED como verdadeiro motor do desenvolvimento autônomo nas economias periféricas (Chesnais, 1996).

Em termos de política econômica, Chesnais (1996) adverte que a atração irrestrita de IED, frequentemente promovida por países em desenvolvimento como solução para o crescimento, constitui uma abordagem "ilusória e muito equivocada". O autor sustenta que o IED, em vez de garantir um desenvolvimento industrial sustentável e diversificado, tende a subordinar-se aos interesses estratégicos globais das ETNs, que buscam otimizar a exploração de custos e recursos. Desse modo, o IED não substitui a necessidade de fatores endógenos e de políticas nacionais soberanas voltadas ao desenvolvimento tecnológico e industrial. A análise de Chesnais, portanto, oferece um quadro crítico no qual o IED constitui um instrumento da mundialização do capital, aprofundando as hierarquias globais e a dependência financeira, em vez de atuar como agente de convergência econômica (Chesnais, 1996).

Essa interpretação é ampliada por Harvey (2005), que desloca a análise da mundialização do capital para os mecanismos concretos de apropriação e concentração da riqueza. Enquanto Chesnais enfatiza a reorganização econômica promovida pelas empresas

transnacionais, Harvey evidencia como esse processo também ocorre por meio da apropriação de ativos estratégicos e da expansão das formas contemporâneas de acumulação.

Harvey (2005) enquadra o IED predatório no conceito de acumulação por espoliação (*accumulation by dispossession*), uma forma de acumulação que busca o lucro por meio de métodos não estritamente produtivos. Nessa perspectiva, o IED pode manifestar-se na privatização de ativos públicos, na financeirização de recursos, como água e infraestrutura, e, sobretudo, na apropriação de terras em larga escala, como ocorre no agronegócio (Harvey, 2005). Essas formas de investimento estrangeiro são vistas como processos de expropriação que deslocam populações, destroem meios tradicionais de subsistência e transferem o controle de recursos estratégicos dos Estados ou das comunidades para o capital transnacional. Assim, o IED atua na intensificação da desigualdade global, expandindo a acumulação capitalista não por meio da criação de novas riquezas, mas pela captura e centralização de ativos e recursos já existentes nos países periféricos (Harvey, 2005).

No contexto brasileiro, essa perspectiva crítica é aprofundada por Gonçalves (2011), que analisa como a financeirização e a entrada de IED afetam a soberania econômica nacional. O autor adapta essa discussão ao caso brasileiro, evidenciando que os mecanismos descritos pela literatura internacional também se manifestam na estrutura produtiva do país.

Gonçalves (2011) oferece uma contribuição fundamental à crítica da dependência e da desnacionalização, concentrando sua análise na forma como a entrada massiva de IED e o avanço da financeirização impactam a soberania econômica nacional. O autor argumenta que, no contexto do capitalismo globalizado e financeirizado, o IED atua como agente da subordinação estrutural do Brasil. A abertura da economia e a ausência de políticas públicas que condicionem o capital estrangeiro permitem que o IED reforce a especialização regressiva, concentrando-se em setores de recursos naturais ou de baixo valor agregado, enquanto o controle sobre tecnologias de ponta e atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) permanece nas matrizes das empresas transnacionais (ETNs) (Gonçalves, 2011).

Segundo Gonçalves (2011), a dominação do capital financeiro sobre o produtivo intensifica os efeitos negativos do IED. A financeirização implica que a atração de investimentos seja frequentemente mediada por altas taxas de juros e pela busca de lucros rápidos e rentísticos, em detrimento do investimento de longo prazo. Essa dinâmica impõe elevado custo à soberania econômica, uma vez que as ETNs utilizam estratégias de preços de transferência e repatriação de lucros que drenam a poupança interna e ampliam a vulnerabilidade externa do país. O autor conclui que a ausência de um projeto nacional de

desenvolvimento, capaz de regular o IED e promover o adensamento das cadeias produtivas, resulta na perda de autonomia para definir políticas monetárias, cambiais e industriais.

Essa dominância do capital financeiro sobre o produtivo remete ao conceito de capital fictício, originalmente desenvolvido por Marx (2008) em sua análise do capital portador de juros, e posteriormente retomado por Nakatani (2000) e Palludeto e Rossi (2018) para compreender as dinâmicas especulativas do capitalismo contemporâneo, inclusive no contexto brasileiro. Da Silva (2009) aprofunda essa discussão ao analisar como a lógica do capital portador de juros se estende para além da esfera estritamente financeira, penetrando políticas sociais e a vida cotidiana por meio de mecanismos como programas de transferência de renda e processos mais amplos de financeirização social. No campo das finanças públicas, De Carvalho, De Miranda e Gambi (2019) evidenciam como essa lógica especulativa também fragiliza o setor público brasileiro, reforçando a interconexão entre financeirização privada e vulnerabilidade fiscal do Estado.

As reflexões de Gonçalves (2011) dialogam diretamente com as análises de Bielschowsky (2012). Ambos defendem que a simples atração de IED não garante desenvolvimento econômico, especialmente quando dissociada de políticas industriais e tecnológicas capazes de fortalecer a capacidade produtiva nacional. Entretanto, Bielschowsky concentra sua análise nos impactos do investimento estrangeiro sobre o processo de industrialização e desindustrialização brasileira.

Bielschowsky (2012) é uma referência central na análise da dinâmica do IED no Brasil, especialmente em sua relação com os ciclos de desenvolvimento industrial e a desindustrialização. O autor demonstra que, embora o IED tenha se tornado um importante canal de inserção internacional do país, ele não se consolidou como um vetor de desenvolvimento endógeno. De Oliveira e Da Silva (2016) corroboram essa leitura ao associar a desindustrialização brasileira à crescente presença do capital especulativo na economia, reforçando a fragilidade da base produtiva nacional. A maior parte desses investimentos ocorreu por meio de Fusões e Aquisições (F&As) de empresas já existentes, contribuindo para a desnacionalização do parque produtivo e para a subordinação da trajetória industrial brasileira às estratégias globais das empresas transnacionais (ETNs). Além disso, o autor argumenta que, em um contexto de câmbio apreciado e elevadas taxas de juros, o IED reforçou a especialização regressiva da economia, concentrando-se em setores de menor valor agregado e reduzindo a capacidade de fortalecimento da indústria nacional. Para Bielschowsky (2012), a atração de IED, sem um projeto nacional de desenvolvimento e políticas industriais ativas, tende a ampliar a dependência tecnológica e financeira do país.

Se Gonçalves (2011) e Bielschowsky (2012) concentram suas análises nas implicações macroeconômicas e estruturais do IED, Selwyn (2017) amplia essa discussão ao direcionar o foco para as relações de trabalho estabelecidas nas Cadeias Globais de Valor. Dessa forma, o autor evidencia que os efeitos do investimento estrangeiro também se manifestam na intensificação da exploração da força de trabalho nas economias periféricas.

Selwyn (2017) aplica uma rigorosa crítica marxista às Cadeias Globais de Valor (CGVs), nas quais o IED atua como um dos principais mecanismos de organização. O autor argumenta que o investimento estrangeiro fragmenta a produção para intensificar a exploração da força de trabalho nos países periféricos. A busca por vantagens de localização, como o baixo custo da mão de obra, por meio do IED permite que as ETNs capturem valor de forma mais eficiente, processo que o autor denomina de superexploração (Selwyn, 2017).

O IED nas CGVs não é apenas uma questão de alocação de recursos, mas uma estratégia de classe que enfraquece o poder de barganha dos trabalhadores. As condições precárias de trabalho e os baixos salários impostos pelas ETNs, favorecidos pela mobilidade do capital e pela concorrência entre países para atrair IED, reforçam a dependência e a subordinação, tornando o desenvolvimento do Sul Global um subproduto da acumulação desigual do capital (Selwyn, 2017).

No caso brasileiro, as interpretações de Selwyn (2017) encontram respaldo empírico nos estudos desenvolvidos por Bunde (2017; 2020). Ao analisar o setor sucroenergético, o autor demonstra como a expansão do IED está associada à estrangeirização do capital, à concentração fundiária e à reorganização territorial, reforçando muitos dos mecanismos de dependência discutidos pela literatura crítica.

Bunde (2017; 2020) conduz uma análise crítica dos impactos do Investimento Externo Direto (IED) sobre setores estratégicos da economia brasileira, com enfoque no setor sucroenergético. Seus achados demonstram que a entrada de IED no Brasil, facilitada pela desregulamentação econômica a partir dos anos 1990, esteve predominantemente vinculada às operações de Fusões e Aquisições (F&As), em detrimento da formação de novas capacidades produtivas (*greenfields*). Esse fenômeno culminou na estrangeirização e na concentração do capital no setor, alterando radicalmente a estrutura de propriedade e o controle das unidades produtivas e consolidando o padrão de acumulação sob a lógica do capital financeiro (Bunde, 2017; 2020).

A análise de Bunde (2017; 2020) transcende as variáveis macroeconômicas do IED, investigando suas profundas consequências espaciais e sociais. A reorganização da produção, impulsionada pelas empresas transnacionais (ETNs), promove intensa reestruturação territorial

e o estabelecimento de redes oligopolistas que visam monopolizar o mercado e maximizar a acumulação. Essa lógica excludente do agronegócio, orientada para a produção de commodities, como a cana-de-açúcar destinada aos agrocombustíveis, acarreta graves impactos socioambientais, incluindo a aceleração da concentração fundiária e a precarização das relações de trabalho (Bunde, 2017; 2020).

A perspectiva de Bunde (2018) alinha-se à crítica da dependência e do subdesenvolvimento, argumentando que o IED no Brasil não se configura como vetor de desenvolvimento autônomo. Pelo contrário, o autor o concebe como um instrumento de imperialismo, cuja dinâmica subordina o desenvolvimento regional aos interesses globais do capital, aprofundando as desigualdades regionais e territoriais, o que exige uma análise que contemple as complexas consequências políticas e sociais do processo de mundialização do capital.

Embora a maior parte da literatura crítica concentre suas análises nas relações tradicionais entre países centrais e periféricos, Jabbour (2021) amplia esse debate ao considerar a crescente participação da China nos fluxos internacionais de investimento. Sua contribuição demonstra que as transformações recentes da economia mundial não eliminam as relações de dependência, mas lhes conferem novas configurações geopolíticas e estratégicas.

Jabbour (2021) analisa as novas dinâmicas do IED, especialmente diante da crescente participação da China nos fluxos de investimento Sul-Sul. Embora reconheça características específicas desses investimentos, como o maior foco em infraestrutura e financiamento de longo prazo, o autor argumenta que eles também devem ser compreendidos sob a ótica da geopolítica e da reconfiguração das relações de poder. Assim, mesmo provenientes de potências emergentes, esses investimentos continuam desempenhando papel relevante na disputa por influência estratégica e controle de recursos.

A abordagem da corrente crítica interpreta o IED como um instrumento de imperialismo moderno. O objetivo não é mais apenas a exploração da mão de obra, mas o controle estratégico de cadeias de valor, recursos naturais (terra, água e minérios) e mercados. O desenvolvimento nacional, nessa perspectiva, torna-se subalterno aos interesses e à lógica de acumulação das ETNs, limitando as possibilidades de um projeto autônomo e inclusivo.

Em conjunto, essas contribuições evidenciam que, apesar das diferentes abordagens adotadas pelos autores, há convergência quanto ao entendimento de que o IED constitui um instrumento de expansão do capitalismo contemporâneo, cujos efeitos ultrapassam a simples movimentação de capitais e alcançam dimensões econômicas, políticas, sociais e territoriais.

Dessa forma, o IED, longe de representar um "pacote de desenvolvimento" neutro, constitui um agente de desestruturação que canaliza a riqueza dos países periféricos para os centros capitalistas, perpetuando a dependência e as disparidades globais e reforçando a hegemonia do capital financeiro e oligopolista.

2.3 Investimento Estrangeiro Direto no Brasil

O IED constitui um tema amplamente debatido na literatura econômica, sobretudo nas abordagens que versam sobre comércio internacional e desenvolvimento econômico. Em linhas gerais, o IED designa o ingresso de capitais estrangeiros em uma economia nacional, configurando-se pela intenção do investidor de exercer influência significativa sobre a gestão e as decisões estratégicas da empresa receptora. Conforme o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2023), tal modalidade de investimento distingue-se pela exigência de uma participação mínima, usualmente estabelecida em 10% do poder de voto, o que o diferencia dos investimentos em carteira, de natureza predominantemente especulativa e sem pretensões de controle administrativo. Siqueira (2022) complementa essa definição ao situar o IED entre os principais instrumentos de integração das economias nacionais aos fluxos internacionais de capital, destacando suas origens históricas e os benefícios comumente associados à sua atração.

De modo convergente, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2013) define o IED como a aplicação de recursos por parte de uma entidade residente em determinada economia com o propósito de adquirir um interesse duradouro em outra jurisdição. Essa relação envolve não apenas a transferência de ativos financeiros, mas também de tecnologias, conhecimentos gerenciais, práticas de governança corporativa e acesso a mercados internacionais. Assim, o IED não se limita à busca de retorno financeiro imediato; ele se configura, sobretudo, como um instrumento estratégico de expansão transnacional, que viabiliza a criação ou a aquisição de subsidiárias e fortalece a presença das corporações estrangeiras no cenário global.

A partir dessas definições, a literatura passou a discutir não apenas o conceito de IED, mas também seus determinantes e seus efeitos sobre as economias receptoras. Diversas correntes teóricas buscam elucidar as motivações e os efeitos associados ao IED. A teoria clássica do IED sustenta que tal modalidade de capital pode exercer efeitos positivos sobre economias em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, ao contribuir para a melhoria do balanço de pagamentos, a transferência tecnológica, o incremento da produtividade e a ampliação do emprego formal. Em contrapartida, parte da literatura crítica ressalta potenciais efeitos

adversos, como a dependência econômica em relação ao capital externo e a desnacionalização de setores estratégicos, o que suscita um debate recorrente acerca da soberania econômica e da sustentabilidade do desenvolvimento (Nonnemberg; Mendonça, 2005; Amal e Seabra, 2007).

No caso brasileiro, esse debate assume especial relevância em razão da importância histórica do IED para o desenvolvimento econômico e para a inserção internacional do país. O IED tem sido amplamente reconhecido como um dos vetores fundamentais para o dinamismo econômico e a modernização do parque produtivo nacional. Estudos indicam que o ingresso de capital estrangeiro tem promovido a sofisticação tecnológica, o fortalecimento da competitividade e a integração do país às cadeias globais de valor. Ademais, observa-se que o IED constitui uma via estratégica de entrada de empresas estrangeiras no mercado interno, seja por meio de fusões e aquisições, seja pela instalação direta de unidades produtivas, afetando de modo expressivo distintos setores da economia (Ribeiro; Silva Filho, 2013).

Essas transformações também refletem as mudanças observadas na economia internacional ao longo das últimas décadas. Na fase mais recente da globalização, se observa uma integração crescente dos processos produtivos em escala mundial, impulsionada por novas estratégias de investimento adotadas por grandes corporações transnacionais. Tal movimento tem transformado significativamente a maneira como os países emergentes se inserem no cenário internacional (Ribeiro; Silva Filho, 2013).

Embora ainda mantenham relevância os IED voltados à busca por custos de produção mais baixos e à ampliação de mercados consumidores, as empresas multinacionais passaram também a procurar, nessas economias emergentes, novas fontes de vantagem competitiva, decorrentes de sua expansão e diversificação contínuas. Assim, compreender os atuais determinantes dos fluxos internacionais de investimento requer não apenas a análise agregada desses fluxos, mas também uma atenção especial às estratégias adotadas pelas corporações transnacionais.

Além das transformações estruturais da economia mundial, a literatura destaca que a decisão de realizar IED depende de fatores econômicos, institucionais e políticos capazes de proporcionar estabilidade e retornos no longo prazo. Sob a perspectiva, Amal e Seabra (2007) destacam que o IED, por sua própria natureza, assim como qualquer aplicação em capital fixo, deve ser analisado sob uma ótica de longo prazo. Isso ocorre porque a decisão de investir envolve elevado grau de irreversibilidade, já que os custos que não podem ser recuperados dependem não apenas de fatores específicos do setor, mas também de aspectos ligados à instabilidade macroeconômica, política e institucional do país que recebe o investimento.

Ainda assim, é evidente que o fluxo de IDE tende a variar conforme as expectativas de retorno financeiro no país receptor. Em um cenário de economia globalizada, com ampla liberdade para a circulação de capitais e a presença de corporações multinacionais atuando em múltiplos mercados, mudanças na rentabilidade relativa acabam incentivando a transferência da produção para as nações que apresentam maior competitividade.

Esses fatores também se refletem na distribuição dos investimentos entre os diferentes setores da economia. Quanto à composição dos fluxos de IED, observa-se que esses investimentos se direcionam a setores considerados estratégicos, contribuindo para a modernização tecnológica, o aumento da capacidade produtiva e a geração de empregos (ApexBrasil, 2024). No Brasil, o IED concentra-se majoritariamente no setor de serviços, que representa cerca de 59% do total investido, seguido pela indústria, com 29%, e pelos setores agropecuário e mineral, com 12% (Banco Central do Brasil, 2025).

Dentre as modalidades de IED, destacam-se as fusões e aquisições (*M&A*), que envolvem a compra ou fusão de empresas já estabelecidas como estratégia para rápida inserção no mercado, além dos investimentos *greenfield*, caracterizados pela criação de novas unidades produtivas (Trading Economics, 2025; ApexBrasil, 2024). As fusões e aquisições permitem a obtenção imediata de controle e de sinergias, influenciando significativamente a estrutura produtiva local (Ribeiro; Nakabashi, 2022).

Como reflexo dessa trajetória, o estoque de IED no Brasil apresentou crescimento expressivo nas últimas décadas. Em termos de impacto macroeconômico, o estoque de IED no Brasil atingiu, em 2024, o montante de US\$ 1,141 trilhão, equivalente a 46,6% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme dados do Banco Central do Brasil. Esse crescimento desde 1995 evidencia a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento econômico nacional, refletindo sua contribuição para a ampliação da capacidade produtiva e para a integração do país à economia internacional.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada na presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa, descritiva e documental, fundamentada em dados secundários provenientes de bases oficiais e amplamente reconhecidas. Conforme Gil (2019), as pesquisas descritivas têm por objetivo observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, buscando identificar padrões e características relevantes. Diferentemente das abordagens qualitativas, voltadas à compreensão aprofundada de significados e contextos específicos (Neves, 1996), a

presente pesquisa privilegia a análise quantitativa de séries históricas, mais adequada ao objetivo de identificar padrões e tendências de longo prazo. A abordagem descritiva mostra-se adequada ao estudo da evolução do Investimento Externo Direto (IED) no Brasil, uma vez que a pesquisa utiliza séries históricas consolidadas e disponibilizadas por instituições oficiais.

Os dados utilizados foram obtidos junto ao Banco Central do Brasil (BCB), por meio da base estatística referente ao Investimento Direto no País (IDP). A escolha dessa fonte fundamenta-se em sua confiabilidade metodológica, na atualização periódica das informações e na adoção de padrões estatísticos internacionalmente reconhecidos, assegurando a comparabilidade dos dados ao longo do período analisado. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a utilização de fontes oficiais em pesquisas documentais reforça a validade e a fidedignidade dos resultados, por se basear em registros sistemáticos, públicos e auditáveis.

Após a coleta, os dados foram organizados e tratados em planilhas eletrônicas, possibilitando a elaboração de séries históricas anuais, a identificação de tendências e a análise da evolução temporal dos fluxos de IED. Segundo Creswell (2014), a preparação e a organização dos dados constituem etapas fundamentais da pesquisa quantitativa, pois permitem transformar informações brutas em evidências capazes de subsidiar análises consistentes. Dessa forma, procedeu-se à sistematização dos valores referentes aos diferentes componentes do IED, bem como à verificação da consistência dos dados e à identificação de variações significativas entre os anos analisados.

A análise dos dados adotou caráter quantitativo-descritivo, buscando compreender a evolução dos fluxos de IED no Brasil entre 2004 e 2024, bem como sua relação com as transformações econômicas observadas nesse período. Conforme Minayo (2002), a análise descritiva permite identificar regularidades, rupturas e tendências presentes nos fenômenos investigados, constituindo uma etapa importante em estudos baseados em séries históricas. Assim, foram identificados ciclos de expansão e retração dos investimentos, oscilações conjunturais e mudanças estruturais no comportamento do capital estrangeiro, interpretados à luz da literatura apresentada no referencial teórico.

A interpretação dos resultados foi realizada de forma integrada ao referencial teórico, buscando relacionar as evidências empíricas às diferentes abordagens sobre o Investimento Externo Direto. Para tanto, consideraram-se tanto a perspectiva neoclássica quanto a corrente crítica, permitindo analisar os resultados sob diferentes enfoques e ampliar a compreensão da dinâmica do IED no contexto da economia brasileira. De acordo com Pereira (2018), a articulação entre evidências empíricas e fundamentação teórica fortalece a validade analítica da pesquisa ao possibilitar interpretações mais consistentes dos fenômenos investigados.

Por fim, a pesquisa caracteriza-se como um estudo analítico baseado na interpretação crítica de séries históricas, conforme orientam Vergara (2016) e Gil (2019) para investigações voltadas à descrição sistemática e à interpretação de fenômenos sociais e econômicos. A escolha desse procedimento metodológico decorre do objetivo da pesquisa, que consiste em compreender a evolução do IED no Brasil entre 2004 e 2024 e analisar sua relação com as transformações econômicas observadas no período.

Na etapa de redação e editoração do manuscrito, recorreu-se ao modelo de linguagem Gemini exclusivamente para apoio à correção ortográfica, ao aprimoramento sintático e à revisão da coesão textual. Ressalta-se que sua utilização limitou-se ao aperfeiçoamento da redação, permanecendo a autoria, a análise dos dados, a interpretação dos resultados e a fundamentação teórica sob integral responsabilidade do autor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Os Fluxos de Ingressos Líquidos de IED no Brasil

Embora o núcleo analítico deste estudo compreenda o período de 2004 a 2024, optou-se por apresentar a série histórica dos ingressos líquidos de Investimento Externo Direto (IED) no Brasil a partir de 1990. Essa contextualização retrospectiva permite compreender a trajetória dos fluxos de investimento estrangeiro no país, evidenciando as transformações institucionais, econômicas e macroeconômicas que antecederam o período delimitado para a pesquisa.

A análise dessa série histórica possibilita identificar tendências de longo prazo, ciclos de expansão e retração dos investimentos, bem como relacionar essas oscilações aos principais acontecimentos econômicos nacionais e internacionais. Dessa forma, a contextualização inicial fornece os subsídios necessários para interpretar o comportamento dos fluxos de IED ao longo do período analisado, que constitui o foco desta pesquisa.

Tabela 1- Evolução anual dos ingressos líquidos de IED no Brasil (1990–2024)

Ano	Valor (Bilhões US\$)
1990	0,99
1991	1,1
1992	2,06
1993	1,29

Ano	Valor (Bilhões US\$)
1994	2,15
1995	4,21
1996	10,79
1997	18,79
1998	28,86
1999	28,58
2000	32,78
2001	22,46
2002	16,59
2003	10,14
2004	18,15
2005	15,07
2006	18,82
2007	34,58
2008	45,06
2009	25,95
2010	77,69
2011	97,42
2012	82,06
2013	59,09
2014	63,85
2015	49,96
2016	53,70
2017	66,59
2018	59,82
2019	65,39
2020	28,32
2021	50,65
2022	73,35
2023	64,04
2024	59,18

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do UNCTAD (2024).

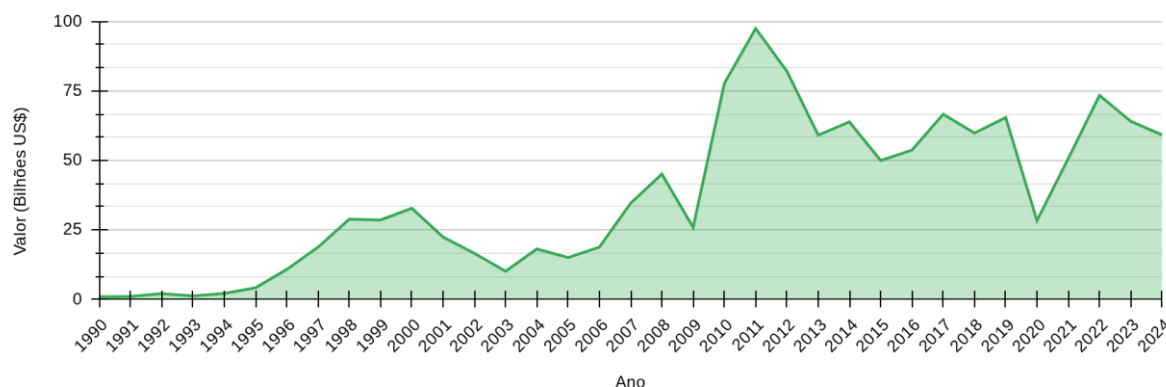
Nota metodológica: Os valores referem-se às entradas líquidas nominais. Como a série não foi deflacionada, comparações intertemporais de longo prazo devem ser interpretadas com cautela, pois variações de preços e das taxas de câmbio influenciam os montantes reportados.

Os dados revelam uma trajetória marcada por significativa volatilidade dos fluxos de Investimento Externo Direto (IED), que pode ser organizada em quatro fases principais. A primeira, compreendida entre 1990 e 1995, caracteriza-se por baixos volumes de ingresso de capital estrangeiro, refletindo um ambiente econômico ainda instável e o estágio inicial da abertura comercial brasileira. A segunda fase, entre 1996 e 2000, apresenta uma expansão expressiva dos fluxos de IED, impulsionada principalmente pelo programa de privatizações e pela consolidação da estabilidade monetária proporcionada pelo Plano Real.

A terceira fase, correspondente ao período de 2001 a 2019 e que engloba o recorte principal desta pesquisa, caracteriza-se por ciclos de expansão interrompidos por choques econômicos específicos. Observa-se um crescimento consistente entre 2004 e 2008, seguido de uma retração em 2009, em decorrência dos efeitos da crise financeira internacional (*subprime*). Nos anos seguintes, os fluxos de investimento voltaram a crescer, alcançando seu maior valor em 2011, quando o ingresso de IED atingiu US\$ 97,42 bilhões, impulsionado pelo ciclo favorável das commodities e pela elevada atratividade do mercado brasileiro. A partir desse período, os investimentos permaneceram em patamares elevados, embora sujeitos a oscilações, registrando redução durante a recessão econômica de 2015–2016 e recuperação gradual até 2019.

O Gráfico 1 complementa essa análise ao apresentar o comportamento dos fluxos de Investimento Externo Direto (IED) no Brasil entre 1990 e 2024, permitindo visualizar sua evolução ao longo do tempo. Observa-se que, entre 1990 e 1995, os ingressos de IED permaneceram em níveis reduzidos e relativamente estáveis. A partir de 1996, verifica-se uma mudança significativa na trajetória da série, marcada por crescimento contínuo dos investimentos até o ano 2000, movimento associado ao processo de privatizações e ao fortalecimento da estabilidade econômica do país.

Gráfico 1- Evolução temporal dos fluxos de IED no Brasil (1990–2024)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do UNCTAD (2024).

Após esse primeiro período de expansão, observa-se uma redução dos fluxos de IED entre 2001 e 2003, refletindo as incertezas macroeconômicas que marcaram a economia brasileira naquele período. A partir de 2004, os investimentos voltam a crescer de forma consistente, mantendo trajetória ascendente até 2008. Esse movimento é interrompido em 2009, quando os fluxos registram retração significativa em decorrência dos impactos da crise financeira internacional (*subprime*). Nos anos seguintes, verifica-se uma rápida recuperação, culminando no maior ingresso de IED de toda a série histórica, registrado em 2011, com US\$ 97,42 bilhões, impulsionado, entre outros fatores, pelo ciclo favorável das commodities e pela elevada atratividade do mercado brasileiro.

A partir de 2012, observa-se uma tendência de desaceleração dos ingressos de IED, marcada por oscilações e redução mais acentuada durante a recessão econômica brasileira de 2015 e 2016. Entre 2017 e 2019, os fluxos apresentaram recuperação moderada, permanecendo em níveis relativamente elevados, o que evidencia certa resiliência dos investimentos estrangeiros antes dos impactos provocados pela pandemia da Covid-19.

O início da década de 2020 foi marcado por uma expressiva redução dos fluxos de IED, reflexo da elevada incerteza econômica e da retração dos investimentos internacionais provocadas pela pandemia da Covid-19. Nos anos seguintes, entre 2021 e 2024, observa-se uma recuperação gradual dos ingressos de capital, seguida de relativa estabilização, indicando um processo de adaptação dos fluxos de investimento ao novo cenário econômico internacional.

Em síntese, a análise do Gráfico 1 evidencia que a trajetória do IED no Brasil foi marcada por sucessivos ciclos de expansão e retração, fortemente influenciados por mudanças

no ambiente econômico nacional e internacional. Os períodos de maior crescimento coincidem com fases de estabilidade econômica e maior atratividade do mercado brasileiro, enquanto as retrações estão associadas a choques externos, como a crise financeira internacional de 2008 e a pandemia da Covid-19, bem como a eventos domésticos, como a recessão de 2015–2016. A análise de ciclos de expansão e retração dos fluxos de capital também dialoga com a tradição da Escola de Estocolmo, cujo método dinâmico buscava incorporar expectativas e o tempo real de ajuste das decisões econômicas (Costa, 2010). Dessa forma, a evolução dos fluxos de IED fornece uma base empírica para compreender as transformações da inserção internacional da economia brasileira e subsidiar as discussões desenvolvidas ao longo deste estudo.

4.2 Discussão dos Determinantes dos Fluxos de IED à Luz da Literatura

A trajetória dos fluxos de Investimento Externo Direto (IED) apresentada no Gráfico 1 evidencia que o comportamento desses investimentos está diretamente relacionado às transformações econômicas, institucionais e políticas ocorridas no Brasil e no cenário internacional. Assim, a interpretação dos resultados requer uma articulação entre as evidências empíricas observadas e os principais referenciais teóricos discutidos ao longo deste trabalho.

O crescimento dos fluxos de IED observado a partir da segunda metade da década de 1990 pode ser compreendido, inicialmente, à luz do Paradigma Eclético de Dunning (1993). Segundo o autor, a decisão das empresas transnacionais de investir em determinado país depende da existência de vantagens de localização capazes de tornar esse investimento economicamente atrativo. No caso brasileiro, a estabilização monetária promovida pelo Plano Real, associada ao processo de privatizações e à abertura econômica, ampliou significativamente essas vantagens locais, favorecendo a entrada de empresas estrangeiras interessadas, principalmente, na exploração do mercado consumidor brasileiro (*market-seeking*).

Essa interpretação é reforçada por Laplane e Sarti (2002), que argumentam que o crescimento do IED na virada do século esteve fortemente associado ao programa de privatizações. Segundo os autores, grande parte desses investimentos ocorreu por meio de Fusões e Aquisições (*brownfield*), e não pela criação de novas capacidades produtivas (*greenfield*). Esse aspecto ajuda a compreender a rápida expansão dos fluxos de investimento entre 1996 e 2000, bem como a desaceleração observada entre 2001 e 2003, após a conclusão das principais privatizações.

O período compreendido entre 2004 e 2011 representa o momento de maior expansão dos ingressos de IED no Brasil, culminando no maior valor registrado em toda a série histórica. Sob a perspectiva neoclássica, esse desempenho reflete o fortalecimento das vantagens locacionais do país, impulsionado pelo crescimento econômico, pela expansão do mercado interno e pelo ambiente favorável aos investimentos internacionais (Dunning, 1993). Entretanto, a corrente crítica oferece uma interpretação complementar. Para Chesnais (1996), a intensificação dos fluxos internacionais de capital durante esse período também decorre da mundialização financeira e da crescente predominância do capital financeiro sobre a esfera produtiva. Nesse sentido, o elevado ingresso de IED em 2011 resulta não apenas das condições internas da economia brasileira, mas também do cenário internacional caracterizado pela elevada liquidez decorrente das políticas de estímulo adotadas após a crise financeira de 2008 e pelo ciclo favorável das commodities.

A partir de 2012, observa-se uma mudança na trajetória dos investimentos, marcada por maior volatilidade e redução gradual dos fluxos. Essa dinâmica dialoga com as análises de Gonçalves (2017), que alerta para as limitações de um modelo de desenvolvimento fortemente dependente do capital estrangeiro. Segundo o autor, a concentração dos investimentos em setores de menor intensidade tecnológica e a predominância de estratégias voltadas à exploração de recursos naturais tornam a economia mais vulnerável às mudanças nas condições macroeconômicas nacionais e internacionais. A retração observada durante a recessão brasileira de 2015–2016 e, posteriormente, durante a pandemia da Covid-19, evidencia essa vulnerabilidade.

Essa interpretação também encontra respaldo nos estudos de Nonnemberg e Mendonça (2005), que demonstram que os fluxos de IED em economias em desenvolvimento são influenciados por fatores como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), grau de abertura econômica, estabilidade macroeconômica e qualificação da força de trabalho. Dessa forma, a redução do dinamismo econômico brasileiro ao longo da segunda metade da década de 2010 contribuiu para limitar a capacidade do país de atrair novos investimentos estrangeiros, mesmo diante da adoção de incentivos econômicos.

O comportamento dos fluxos de IED no período pós-pandemia também pode ser interpretado à luz da teoria da internalização proposta por Buckley e Casson (1976). Segundo os autores, as empresas transnacionais tendem a realizar investimentos diretos quando essa estratégia reduz custos de transação e amplia o controle sobre suas operações internacionais. Nesse contexto, a recuperação gradual observada entre 2021 e 2024 pode estar associada à preferência das empresas pelo reinvestimento dos lucros já obtidos no país, em detrimento da

realização de novos aportes de capital, como forma de reduzir riscos em um ambiente ainda marcado por incertezas.

Ao mesmo tempo, as mudanças recentes na economia internacional também contribuem para compreender esse comportamento. O Fundo Monetário Internacional (FMI, 2023) destaca que os fluxos globais de IED passaram a ser influenciados por estratégias como *friend-shoring* e *near-shoring*, impulsionadas pelo aumento das tensões geopolíticas e pela reorganização das cadeias globais de produção. Nesse cenário, a relativa estabilização dos ingressos de IED no Brasil pode indicar um reposicionamento do país no contexto internacional, embora ainda condicionado por fatores internos relacionados ao ambiente de negócios e à estabilidade institucional.

Por fim, as discussões apresentadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2024) acrescentam uma nova dimensão à análise ao destacar a crescente importância dos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) na definição dos investimentos internacionais. Para o Brasil, essa tendência representa oportunidades relacionadas à expansão de projetos de energia renovável e de infraestrutura sustentável, mas também evidencia desafios associados à segurança jurídica, à estabilidade regulatória e à qualidade da governança pública.

Os resultados demonstram que a evolução dos fluxos de IED no Brasil não pode ser explicada por um único fator. As evidências indicam que esses investimentos resultam da interação entre condições macroeconômicas internas, transformações do ambiente internacional, estratégias das empresas transnacionais e mudanças institucionais. Enquanto a perspectiva neoclássica enfatiza o papel das vantagens locacionais e do ambiente econômico favorável para atração do capital estrangeiro, a corrente crítica destaca a influência da financeirização (Lapavistas, 2011; Paulani, 2012), e das transformações do capitalismo contemporâneo. No caso brasileiro, Bruno (2011) e Bruno e Caffé (2015) fornecem evidências empíricas de que o avanço da financeirização acompanhou o padrão de atração de capital estrangeiro observado no período.

4.3 Análise Desagregada e Composição Estrutural dos Fluxos de IED (2004–2024)

A análise da composição estrutural do Investimento Direto no País (IDP), apresentada na Tabela 2, permite compreender como os diferentes componentes do Investimento Externo Direto (IED) evoluíram ao longo do período analisado. Além do volume total de recursos ingressados no país, essa desagregação permite identificar mudanças na forma de financiamento

dos investimentos estrangeiros e nas estratégias adotadas pelas empresas transnacionais diante das condições econômicas e institucionais brasileiras.

No primeiro decênio analisado (2004–2013), observa-se um ciclo de expansão do IED, impulsionado pelo boom das commodities e pelo ambiente econômico favorável. Nesse período, a Participação no Capital consolidou-se como o principal componente dos ingressos, passando de US\$ 13,2 bilhões em 2004 para US\$ 58,5 bilhões em 2014, evidenciando a predominância de investimentos voltados à aquisição de participação societária em empresas brasileiras.

Já no segundo decênio analisado (2014–2024), o cenário passou por transformações significativas, marcadas pela desaceleração econômica interna, instabilidade política e os efeitos da pandemia de Covid-19 em 2020, fatores que impactaram diretamente a composição do IDP. Nesse período, o Reinvestimento de Lucros ganhou maior expressividade relativa, refletindo a opção das empresas transnacionais já instaladas no Brasil por reinvestir seus resultados operacionais em vez de repatriar os recursos, estratégia favorecida pela depreciação cambial e pela manutenção de perspectivas de longo prazo no mercado brasileiro.

As Operações Intercompanhia apresentaram comportamento mais volátil, em razão de sua sensibilidade às condições de liquidez dos mercados internacionais e às políticas de gestão financeira intragrupo das multinacionais.

Tabela 2- Composição do Fluxo Líquido de Investimento Direto no País (IDP) (2004–2024)

Ano	Participação no Capital (exceto lucros reinvestidos) (US\$ bi)	Reinvestimento de Lucros (US\$ bi)	Operações Intercompanhia (Empréstimos) (US\$ bi)	Total Fluxo Líquido (IDP) (US\$ bi)
2004	13,2	2,1	2,8	18,1
2005	12,8	1,8	0,8	15,4
2006	15,4	2,3	1,3	19
2007	25,8	3,1	5,7	34,6
2008	31,1	2,9	11,1	45,1
2009	22,5	1,7	1,7	25,9
2010	38,2	5,4	34,9	78,5
2011	50,4	7,1	44	101,5
2012	53,2	6,8	26,3	86,3
2013	52,1	6,5	21,6	80,2
2014	58,5	7,2	31,7	97,4

Ano	Participação no Capital (exceto lucros reinvestidos) (US\$ bi)	Reinvestimento de Lucros (US\$ bi)	Operações Intercompanhia (Empréstimos) (US\$ bi)	Total Fluxo Líquido (IDP) (US\$ bi)
2004	13,2	2,1	2,8	18,1
2005	12,8	1,8	0,8	15,4
2006	15,4	2,3	1,3	19
2007	25,8	3,1	5,7	34,6
2008	31,1	2,9	11,1	45,1
2009	22,5	1,7	1,7	25,9
2010	38,2	5,4	34,9	78,5
2011	50,4	7,1	44	101,5
2015	44,9	6,2	23,6	74,7
2016	52,7	7,1	18,6	78,4
2017	47,3	6,8	16,1	70,2
2018	49,8	7,4	13	70,2
2019	48,1	7,5	13,6	69,2
2020	28,4	3,1	6,3	37,8
2021	36,1	8,9	14,2	59,2
2022	51,6	11,2	23,2	86
2023	42,3	9,8	11,5	63,6
2024	46,8	10,5	12,9	70,2

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – Histórico do Balanço de Pagamentos (BPM6). Dados arredondados para uma casa decimal.

Nota: Os valores totais correspondem à soma exata das três subchaves de composição líquida (Ingressos menos Retornos).

Após permanecerem em níveis modestos até 2009, registraram forte expansão em 2010 e 2011, alcançando US\$ 44,0 bilhões neste último ano. Em contrapartida, durante a recessão de 2015–2016 e a pandemia da Covid-19, esse componente retraiu-se significativamente, atingindo US\$ 6,3 bilhões em 2020, evidenciando sua elevada sensibilidade às mudanças do ambiente econômico.

Por sua vez, o Reinvestimento de Lucros apresentou trajetória de crescimento gradual ao longo do período, passando de US\$ 2,1 bilhões em 2004 para valores superiores a US\$ 10 bilhões em 2023 e 2024. Esse comportamento indica a crescente importância dos recursos gerados pelas próprias empresas instaladas no país como fonte de financiamento de suas atividades.

No período mais recente (2021–2024), observa-se recuperação gradual dos fluxos de IDP após os impactos da pandemia, em um contexto de reorganização das cadeias globais de valor e pelas novas estratégias internacionais de investimento (UNCTAD, 2024).

Em síntese, a análise da composição do IDP evidencia que seus diferentes componentes responderam de forma distinta às mudanças do ambiente econômico. Enquanto a Participação no Capital permaneceu como principal modalidade de ingresso de recursos, as Operações Intercompanhia apresentaram maior volatilidade, enquanto o Reinvestimento de Lucros registrou crescimento gradual, ampliando a compreensão sobre as diferentes estratégias adotadas pelas empresas transnacionais no Brasil.

4.4 Evolução dos Fluxos de IED no Brasil (2004–2024)

A evolução dos fluxos de Investimento Externo Direto (IED) no Brasil entre 2004 e 2024 revela uma trajetória marcada por significativa volatilidade, influenciada tanto por fatores macroeconômicos internos quanto pelas transformações do cenário econômico internacional. Conforme apresentado na Tabela 3, a participação brasileira nos fluxos mundiais de IED apresentou oscilações expressivas ao longo do período, variando de 1,29% em 2006 para 6,36% em 2011, o maior percentual registrado na série analisada.

A análise desses resultados permite compreender como diferentes conjunturas econômicas nacionais e internacionais influenciaram a capacidade do Brasil de atrair investimentos estrangeiros ao longo das duas últimas décadas. Nesse sentido, a evolução da participação brasileira nos fluxos globais de IED deve ser interpretada à luz das transformações econômicas ocorridas no período, bem como das diferentes abordagens teóricas discutidas no referencial deste estudo.

A Tabela 3, apresentada a seguir, traz de forma comparativa os valores anuais de ingresso de IED no Brasil frente ao fluxo mundial do período, permitindo visualizar não apenas a magnitude absoluta dos investimentos recebidos pelo país, mas também seu peso relativo no cenário internacional ano a ano. Essa comparação é particularmente relevante porque revela que o crescimento nominal dos investimentos no Brasil nem sempre correspondeu a um ganho de participação relativa, uma vez que os fluxos globais de IED também se expandiram ao longo do período, em ritmo por vezes superior ao observado no país.

Tabela 3- Entradas de Investimento Externo Direto (IED) no Brasil, fluxo mundial e participação brasileira (2004–2024)

Ano	Brasil (US\$ bilhões)	Mundo (US\$ bilhões)	Participação do Brasil (%)
2004	18,15	742,14	2,45
2005	15,07	982,59	1,53
2006	18,82	1.461,86	1,29
2007	34,59	1.970,94	1,75
2008	45,06	1.744,10	2,58
2009	26,95	1.185,03	2,19
2010	48,44	1.243,67	3,89
2011	96,9	1.524,00	6,36
2012	76,10	1.574,71	4,83
2013	59,09	1.431,16	4,13
2014	63,85	1.357,24	4,70
2015	49,51	2.033,80	2,43
2016	52,75	1.918,68	2,75
2017	67,58	1.497,37	4,51
2018	61,22	1.297,15	4,72
2019	65,39	1.658,78	3,94
2020	28,32	868,56	3,26
2021	50,65	1.676,52	3,02
2022	73,35	1.389,53	5,28
2023	64,04	1.454,98	4,40
2024	59,18	1.508,80	3,92

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados da UNCTAD (*World Investment Report* 2007, 2011, 2012, 2018, 2019, 2025).

Nota: Valores nominais expressos em bilhões de dólares correntes.

A Tabela 3 evidencia que os fluxos de Investimento Externo Direto (IED) destinados ao Brasil apresentaram comportamento significativamente volátil entre 2004 e 2024, refletindo tanto as transformações da economia brasileira quanto as mudanças observadas no cenário econômico internacional. Ao longo do período, a participação brasileira nos fluxos mundiais de IED oscilou entre 1,29%, em 2006, e 6,36%, em 2011, demonstrando que a capacidade de atração de investimentos estrangeiros esteve diretamente relacionada às condições econômicas domésticas e à dinâmica da economia global.

Entre 2004 e 2008, os ingressos de IED cresceram de US\$ 18,15 bilhões para US\$ 45,06 bilhões, acompanhando o ciclo de expansão da economia brasileira. Esse desempenho pode ser compreendido à luz do Paradigma Eclético de Dunning (1988; 1993), segundo o qual a decisão

das empresas transnacionais de investir em determinado país depende da existência de vantagens de localização. No caso brasileiro, fatores como a estabilidade macroeconômica, a expansão do mercado consumidor e o cenário internacional favorável ampliaram a atratividade do país, favorecendo investimentos voltados à busca de mercados (*market-seeking*).

A crise financeira internacional de 2008 provocou uma retração temporária dos fluxos de IED, reduzindo os ingressos para US\$ 26,95 bilhões em 2009. Esse padrão de retração abrupta é compatível com a hipótese da instabilidade financeira, segundo a qual ciclos de expansão do crédito tendem a ser seguidos por reversões bruscas de expectativas e de fluxos de capital (Lourenço, 2006; Bahry; Gabriel, 2010). Apesar dessa queda, a participação brasileira nos fluxos mundiais permaneceu em 2,19%, indicando que o país preservou parte de sua capacidade de atração de investimentos mesmo em um contexto internacional adverso. Nos anos seguintes, observa-se rápida recuperação, culminando em 2011, quando o Brasil registrou US\$ 96,90 bilhões em ingressos de IED e atingiu 6,36% de participação mundial. Sob a perspectiva de Romer (1990), economias com mercados consumidores amplos e maior capacidade de absorção tecnológica tendem a apresentar maior resiliência diante de choques externos, interpretação compatível com o comportamento observado no período.

A partir de 2013, entretanto, verifica-se uma desaceleração dos fluxos de IED, intensificada pela recessão econômica e pela instabilidade política registradas entre 2015 e 2016. Sob a ótica de Dunning (1988), esse comportamento evidencia que as vantagens de localização não são permanentes, dependendo da manutenção de condições econômicas e institucionais favoráveis para sustentar a atratividade do país perante os investidores internacionais.

Embora a perspectiva neoclássica explique essa desaceleração pela perda de competitividade do ambiente econômico, a corrente crítica oferece uma interpretação complementar. Para Chesnais (1996) e Bielschowsky (2012), elevados ingressos de IED não significam, necessariamente, desenvolvimento produtivo ou fortalecimento tecnológico. No caso brasileiro, parcela significativa desses investimentos esteve associada a operações de fusões e aquisições (*brownfield*), concentrando-se na transferência do controle de ativos existentes, em vez da criação de novas capacidades produtivas (*greenfield*). Essa interpretação é compatível com a composição dos fluxos apresentada anteriormente, marcada pela predominância da participação no capital e das operações intercompanhia.

Essa leitura também dialoga com Bunde (2017; 2020), que argumenta que, em economias periféricas, o IED pode reforçar processos de estrangeirização do capital e de concentração econômica quando não acompanhado por políticas industriais voltadas ao

fortalecimento da estrutura produtiva nacional. Em perspectiva mais ampla, Arrighi (1994) e Selwyn (2017) interpretam esses movimentos como expressão das transformações do capitalismo contemporâneo, nas quais a financeirização da economia e a inserção periférica nas Cadeias Globais de Valor tendem a ampliar a vulnerabilidade das economias em desenvolvimento.

Após a retração provocada pela pandemia da Covid-19 em 2020, quando os ingressos de IED caíram para US\$ 28,32 bilhões, observa-se recuperação significativa em 2022, alcançando US\$ 73,35 bilhões, seguida de estabilização em patamares próximos de US\$ 60 bilhões entre 2023 e 2024. Esse comportamento sugere que o Brasil continua ocupando posição relevante entre os destinos de investimento internacional, embora permaneça sensível às oscilações da economia mundial e às mudanças nas estratégias das empresas transnacionais.

Em síntese, os resultados apresentados na Tabela 3 evidenciam que a evolução dos fluxos de IED no Brasil entre 2004 e 2024 resulta da interação entre fatores internos — como estabilidade macroeconômica, ambiente institucional e desempenho econômico — e fatores externos, como a liquidez internacional, os ciclos das commodities e as transformações das cadeias globais de produção. Dessa forma, os resultados reforçam que as interpretações da corrente neoclássica e da corrente crítica são complementares para compreender a dinâmica recente do investimento estrangeiro no país.

4.5 Distribuição Setorial e Composição do IED no Brasil (2006–2024)

A distribuição setorial do Investimento Externo Direto (IED) no Brasil entre 2006 e 2024, apresentada na Tabela 4, permite identificar como os investimentos estrangeiros foram direcionados entre os principais setores da economia ao longo do período analisado. Complementarmente, o Gráfico 2 possibilita visualizar a evolução dessas participações, evidenciando tendências de crescimento, retração e mudanças na composição setorial dos fluxos de IED. A análise conjunta desses resultados contribui para compreender quais setores concentraram os investimentos estrangeiros e como essa distribuição se modificou ao longo do tempo.

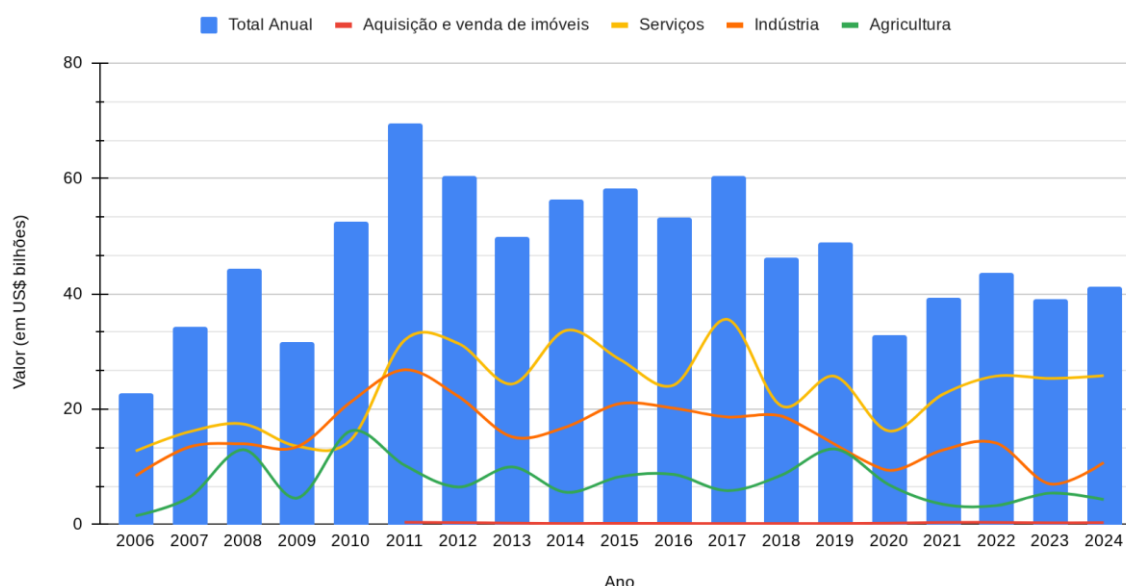
Tabela 4- Distribuição do IED por setor a cada ano, entre 2006 e 2024 (em US\$ bilhões)

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços	Aquisição e	Total Anual
				venda de imóveis	
2006	1,54	8,46	12,76	-	22,77
2007	4,75	13,48	16,10	-	34,33
2008	12,99	14,01	17,45	-	44,46
2009	4,60	13,48	13,60	-	31,68
2010	16,26	21,27	14,70	--	52,58
2011	10,30	26,84	31,99	0,41	69,53
2012	6,53	22,23	31,41	0,36	60,54
2013	9,99	15,22	24,38	0,26	49,85
2014	5,62	16,92	33,66	0,20	56,41
2015	8,31	20,97	28,66	0,23	58,17
2016	8,70	20,20	24,18	0,22	53,30
2017	5,90	18,66	35,59	0,19	60,34
2018	8,54	18,84	20,61	0,20	46,19
2019	13,12	9,93	25,71	0,19	48,95
2020	6,95	9,42	16,25	0,25	32,87
2021	3,56	12,91	22,55	0,37	39,39
2022	3,30	14,15	25,76	0,39	43,59
2023	5,46	7,07	25,34	0,31	39,15
2024	4,36	10,77	25,82	0,34	41,29

Fonte: Criado pelo autor com dados extraídos do Banco Central do Brasil (2025) e InvestVis (MDIC/CAMEX, 2025).

Notas: Os dados referem-se à participação no capital (entrada líquida de IED) expressos em bilhões de dólares correntes (US\$), sem deflacionamento. O símbolo “-” indica dados não disponíveis.

Gráfico 2- Tendências Históricas e Evolução Comparativa do IED Setorial no Brasil (2006–2024)



Fonte: Criado pelo autor com dados extraídos do Banco Central do Brasil (2025) e InvestVis (MDIC/CAMEX, 2025).

A análise conjunta da Tabela 4 e do Gráfico 2 evidencia que o setor de serviços concentrou a maior parcela dos investimentos estrangeiros durante praticamente todo o período analisado. Os maiores volumes de IED destinados a esse setor foram registrados em 2011 (US\$ 31,99 bilhões), 2014 (US\$ 33,66 bilhões) e 2017 (US\$ 35,59 bilhões), demonstrando que os serviços permaneceram como o principal destino dos investimentos externos, mesmo em períodos de retração dos fluxos totais.

Sob a perspectiva do Paradigma Eclético de Dunning (1988), esse comportamento pode ser explicado pelas vantagens de localização oferecidas pelo mercado brasileiro, especialmente seu amplo mercado consumidor, elevado grau de urbanização e demanda por serviços. Esses fatores favoreceram investimentos voltados à estratégia *market-seeking*, contribuindo para que o setor de serviços mantivesse sua liderança ao longo da série histórica, inclusive durante períodos de instabilidade econômica, como a recessão de 2015–2016 e a pandemia da Covid-19 em 2020.

Os modelos de crescimento econômico de Solow (1956) e Romer (1990) também oferecem elementos para compreender esse comportamento. Segundo esses autores, a presença de empresas transnacionais em setores intensivos em serviços pode favorecer a difusão tecnológica, a incorporação de práticas gerenciais e o aumento da produtividade por meio dos

chamados *spillovers* tecnológicos. Dessa forma, a elevada participação do setor de serviços sugere potencial para a disseminação de conhecimento e para o fortalecimento da competitividade da economia brasileira.

Entretanto, a análise da Tabela 4 e do Gráfico 2 revela comportamento distinto para o setor industrial. Após registrar seu maior volume de investimentos em 2011 (US\$ 26,84 bilhões), os fluxos destinados à indústria passaram a apresentar redução gradual ao longo dos anos seguintes, alcançando seu menor valor da série em 2023 (US\$ 7,07 bilhões). Embora tenha sido observada recuperação parcial em 2024 (US\$ 10,77 bilhões), o comportamento geral indica perda de participação relativa da indústria na composição do IED brasileiro.

Essa tendência pode ser interpretada, sob a ótica da corrente crítica, como reflexo das transformações estruturais observadas na economia brasileira. Chesnais (1996) e Bielschowsky (2012) argumentam que a concentração dos investimentos estrangeiros em atividades de menor intensidade tecnológica tende a limitar os efeitos do IED sobre a diversificação produtiva e o desenvolvimento industrial. Nessa perspectiva, a redução da participação da indústria sugere que parte significativa dos investimentos estrangeiros passou a concentrar-se em atividades voltadas ao mercado interno, sem promover, necessariamente, o fortalecimento das cadeias produtivas de maior complexidade tecnológica.

A agropecuária apresentou comportamento distinto dos demais setores, caracterizado por oscilações mais intensas ao longo da série histórica. Destacam-se os anos de 2010 (US\$ 16,26 bilhões) e 2019 (US\$ 13,12 bilhões), nos quais os investimentos destinados ao setor cresceram significativamente. Sob a perspectiva de Dunning (1988), esse comportamento está relacionado às vantagens de localização associadas à disponibilidade de recursos naturais (*resource-seeking*), tornando o Brasil atrativo para investimentos voltados à produção de commodities.

Por outro lado, autores da corrente crítica, como Chesnais (1996), destacam que a concentração de investimentos em setores primários pode reforçar padrões de dependência econômica e limitar a agregação de valor à produção nacional. Assim, embora os elevados investimentos na agropecuária contribuam para ampliar a capacidade exportadora do país, eles não necessariamente promovem avanços na estrutura tecnológica ou na diversificação industrial.

O segmento imobiliário, por sua vez, apresentou participação reduzida durante todo o período analisado, mantendo valores inferiores aos observados nos demais setores. Ainda que quantitativamente pouco representativos, esses investimentos demonstram a diversificação das

estratégias adotadas pelos investidores estrangeiros no mercado brasileiro, especialmente em ativos patrimoniais e empreendimentos imobiliários.

Em síntese, a análise da distribuição setorial do Investimento Externo Direto evidencia que os investimentos estrangeiros concentraram-se predominantemente no setor de serviços, enquanto a indústria apresentou perda gradual de participação ao longo do período analisado. A agropecuária registrou oscilações associadas aos ciclos internacionais das commodities, e o setor imobiliário manteve participação relativamente reduzida. Esses resultados sugerem que a atração de elevados volumes de IED, por si só, não garante mudanças estruturais na economia nacional. Conforme discutido pela literatura, os impactos desses investimentos dependem não apenas do seu volume, mas também de sua distribuição setorial, de sua capacidade de gerar inovação e dos mecanismos institucionais capazes de potencializar seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a evolução do Investimento Externo Direto (IED) no Brasil no período de 2004 a 2024, buscando compreender como o comportamento desses fluxos e sua distribuição setorial se relacionam com fatores econômicos, políticos e institucionais observados no contexto nacional e internacional. Para isso, adotou-se uma abordagem quantitativa, descritiva e documental, fundamentada em dados do Banco Central do Brasil (BCB) e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2024). Essa estratégia metodológica permitiu responder ao problema de pesquisa proposto e alcançar os objetivos delineados no início do trabalho, contribuindo para a compreensão da dinâmica recente do IED no país.

Os fluxos de IED mostraram-se fortemente influenciados pelas condições econômicas domésticas e pelas transformações da economia internacional ao longo das duas décadas analisadas. Observaram-se ciclos sucessivos de expansão e retração associados a eventos de grande magnitude, como o crescimento econômico da década de 2000, a crise financeira internacional de 2008, a recessão brasileira de 2015–2016 e a pandemia da Covid-19 em 2020. Esse comportamento demonstra que a capacidade de atração de investimentos estrangeiros permaneceu sensível tanto às condições macroeconômicas internas, câmbio, juros, estabilidade institucional, quanto às oscilações dos fluxos globais de capital, revelando uma vulnerabilidade que é estrutural, e não apenas conjuntural, da inserção externa brasileira.

A análise da composição dos investimentos também evidenciou diferenças importantes entre seus componentes e sua distribuição entre os setores da economia. Enquanto a Participação no Capital permaneceu como principal componente do Investimento Direto no País (IDP), as Operações Intercompanhia apresentaram maior volatilidade diante das mudanças no ambiente econômico, refletindo o caráter mais especulativo e reversível desse tipo de fluxo. Já o Reinvestimento de Lucros demonstrou crescimento gradual ao longo do período, indicando maior consolidação das empresas estrangeiras já instaladas no país. Sob o ponto de vista setorial, verificou-se predominância dos investimentos destinados ao setor de serviços, enquanto a indústria apresentou redução gradual de participação ao longo da série histórica, e a agropecuária registrou oscilações associadas aos ciclos internacionais das commodities, um padrão que, tomado em conjunto, sugere uma reconfiguração da inserção produtiva do país nas últimas duas décadas.

Os resultados obtidos também permitiram discutir a evolução do IED à luz das principais correntes teóricas abordadas neste trabalho. A perspectiva neoclássica contribui para compreender os fatores que favoreceram a atração de investimentos estrangeiros, especialmente aqueles relacionados às vantagens de localização, ao tamanho do mercado consumidor e à disponibilidade de recursos naturais, conforme proposto por Dunning (1988; 1993). Por outro lado, a corrente crítica amplia essa interpretação ao destacar que elevados volumes de IED não necessariamente resultam em desenvolvimento produtivo, fortalecimento tecnológico ou redução da dependência econômica, ao contrário, podem aprofundar padrões de subordinação estrutural quando não acompanhados de políticas industriais e tecnológicas ativas. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa sugerem que as duas abordagens são complementares, e não excludentes, para compreender a dinâmica recente do IED no Brasil, uma vez que explicam dimensões distintas de um mesmo fenômeno: uma esclarece os determinantes da atração, a outra, suas consequências estruturais.

Em especial, a distribuição setorial dos investimentos indica que a elevada participação do setor de serviços e a redução relativa dos investimentos destinados à indústria são compatíveis com interpretações presentes na literatura sobre mudanças na estrutura produtiva brasileira. Entretanto, em razão da natureza descritiva desta pesquisa, não é possível estabelecer relações de causalidade entre o comportamento do IED e processos como desindustrialização ou especialização produtiva, cabendo tais interpretações serem compreendidas à luz dos referenciais teóricos utilizados, e não como conclusões causais definitivas.

Entre as principais limitações do estudo, destaca-se a utilização de dados secundários agregados em nível macroeconômico, o que impossibilitou análises regionais mais detalhadas

ou avaliações dos impactos do IED sobre empresas e setores específicos. Além disso, a pesquisa adotou uma abordagem predominantemente descritiva, não incorporando modelos econométricos capazes de estimar relações causais entre os determinantes do IED e sua evolução ao longo do período analisado. Essas limitações não comprometem os achados obtidos, mas indicam caminhos claros para o aprofundamento do tema.

Diante dessas limitações, sugerem-se pesquisas futuras que aprofundem a análise da distribuição regional dos investimentos estrangeiros no Brasil, investiguem seus efeitos sobre diferentes segmentos produtivos e avaliem comparativamente as políticas de atração de IED adotadas por outros países emergentes, especialmente os integrantes dos BRICS. Também se mostra relevante investigar os impactos das transformações recentes da economia internacional, como a reorganização das cadeias globais de produção, a transição energética e a crescente incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança (ESG), sobre o comportamento dos fluxos de investimento direcionados ao Brasil.

Por fim, conclui-se que compreender a dinâmica do Investimento Externo Direto exige analisar não apenas o volume de recursos direcionados ao país, mas também sua composição, sua distribuição entre os diferentes setores da economia e sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento econômico de longo prazo. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para ampliar o conhecimento sobre a evolução recente do IED no Brasil e subsidiem futuras discussões acerca do papel do investimento estrangeiro no desenvolvimento econômico e na inserção internacional do país.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEXBRASIL). **Oportunidades Brasil: Brazil Opportunities**. Brasília, DF: ApexBrasil, 2024. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2026.

AMAL, Mohamed; SEABRA, Fernando. **Determinantes do investimento direto externo (IDE) na América Latina: uma perspectiva institucional**. Economia (ANPEC), Niterói, v. 8, n. 2, p. 231-247, maio/ago. 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nossa época**. Verso, 1994.

BAHRY, T. R.; GABRIEL, L. F. **A hipótese da instabilidade financeira e suas implicações para a ocorrência de ciclos econômicos**. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 14, p. 27-60, jan./abr. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inflação**. Brasília, DF, v. 13, n. 3, set. 2011. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/201109/RELINF201109-ri201109b5p.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Investimento Direto 2022: ano-base 2021**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2022. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioidp/RelatorioID2021/RID_2022.pdf. Acesso em: 17 jun. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Investimento Direto 2024: ano-base 2023**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioidp/RelatoriaID2023/RID_2024.pdf. Acesso em: 17 jun. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Investimento Direto 2025: ano-base 2024**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em: https://bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioidp/RelatoriaID2024/RID_2025.pdf. Acesso em: 17 jun. 2026.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. esp., p. 729-747, dez. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **InvestVis: plataforma de visualização de dados de investimentos estrangeiros diretos**. Brasília, DF, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/camex/investimentos-estrangeiros/investvis>. Acesso em: 17 jun. 2026.

BRUNO, Miguel. **Financeirização e crescimento econômico: o caso do Brasil**. ComCiência, n. 128, 2011.

BRUNO, Miguel; CAFFÉ, Ricardo. Indicadores macroeconômicos de financeirização: metodologia de construção e aplicação ao caso do Brasil. In: BRUNO, M. (org.). **População**,

espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

BUCKLEY, Peter J.; CASSON, Mark. **The Future of the Multinational Enterprise.** London: Macmillan, 1976.

BUNDE, Altacir. **Os impactos dos investimentos externos diretos (IEDs) sobre a (re)estruturação e estrangeirização do setor sucroenergético no Brasil.** 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

BUNDE, Altacir. **Mundialização do capital, desregulamentação e investimento externo direto (IED): o setor sucroenergético no Brasil.** Revista Tocantinense de Geografia, v. 9, n. 18, p. 55-74, 2020.

BUNDE, Altacir; MENDONÇA, Maria Rita. **Impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás.** Espaço em Revista, Catalão, v. 19, n. 2, 2018.

CASSIOLATO, José Eduardo; MATOS, Marcelo Pessoa de; LASTRES, Helena M. M. **Desenvolvimento e mundialização: o Brasil e o pensamento de François Chesnais.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHIRINKO, Robert S. **Business fixed investment spending: modeling strategies, empirical results, and policy implications.** Journal of Economic Literature, v. 31, p. 1875-1911, 1993.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development.** Nova York; Genebra: United Nations, 2007.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **World Investment Report 2011: Non-Equity Modes of International Production and Development.** Nova York; Genebra: United Nations, 2011.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **World Investment Report 2012: Towards a New Generation of Investment Policies.** Nova York; Genebra: United Nations, 2012.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **World Investment Report 2018: Investment and New Industrial Policies.** Nova York; Genebra: United Nations, 2018.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **World Investment Report 2019: Special Economic Zones.** Genebra: United Nations, 2019.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **World Investment Report 2024: Investment and the Digital Economy.** Genebra: UNCTAD, 2024.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **World Investment Report 2025: International Investment in the Digital Economy**. Genebra: United Nations, 2025.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Método dinâmico da Escola de Estocolmo**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 30, p. 625-644, 2010.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DA SILVA, G. S. **Capital portador de juros e programas de transferência de renda: monetarização das políticas sociais e contrarreforma**. Revista de Políticas Públicas, v. 13, n. 2, p. 173-181, 2009.

DE CARVALHO, D. U.; DE MIRANDA, B. P. J.; GAMBI, T. F. R. **Financeirização e fragilidade do setor público brasileiro: um estudo para o período 2008-2014**. Revista de Economia, v. 38, n. 67, 2019.

DE OLIVEIRA, L. R. A.; DA SILVA, J. A. **A desindustrialização e o capital especulativo na economia brasileira**. Indicadores Econômicos FEE, v. 44, n. 2, p. 45-60, 2016.

DUNNING, John H. **A teoria da produção internacional**. The International Trade Journal, v. 3, n. 1, p. 21-66, 1988.

DUNNING, John H. **Multinational Enterprises and the Global Economy**. Reading: Addison-Wesley, 1993.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Goeconomic Fragmentation and the Future of Foreign Direct Investment**. Washington, DC: IMF, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento desigual e combinado: Estado e capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: economia política do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HYMER, Stephen H. **The international operations of national firms: a study of direct foreign investment**. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.

JABBOUR, Elias. **China: o socialismo do século XXI e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LAPAVITSAS, Costas. **Theorizing financialization**. Work, Employment and Society, v. 25, n. 4, p. 611-626, 2011.

LAPLANE, Mariano F.; SARTI, Fernando. **O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 2, p. 269-294, 2002.

LOURENÇO, André Luís Cabral. **O pensamento de Hyman P. Minsky: alterações de percurso e atualidade**. Economia e Sociedade, v. 15, n. 3, p. 445-474, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. A natureza do capitalismo contemporâneo. In: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P.; LASTRES, H. M. M. (org.). **Desenvolvimento e mundialização**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro III**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

NAKATANI, Paulo. **Capital especulativo parasitário, capital fictício e crise no Brasil**. Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura, v. 6, n. 2, p. 209-235, 2000.

NEVES, José Luís. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NONNEMBERG, Marcelo Luiz A.; MENDONÇA, Mário Jorge C. **Determinantes dos investimentos diretos externos em países em desenvolvimento**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 521-555, 2005.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Relatório Territorial da OCDE: Brasil 2013**. Paris: OECD Publishing, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264189058-pt>. Acesso em: 17 jun. 2026.

PALLUDETTO, Alex Wilhans Antonio; ROSSI, Pedro. **O capital fictício: revisitando uma categoria controversa**. Campinas: UNICAMP, 2018.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil: a armadilha da financeirização**. São Paulo: Contracorrente, 2012.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Adriana Soares et al. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), 2018.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; SILVA FILHO, Edison Benedito da. **Investimento externo direto no Brasil no período 2003-2012: aspectos regionais e setoriais**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013. (Texto para Discussão, n. 1858). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4431>. Acesso em: 12 jun. 2026.

RIBEIRO, Marcos J.; NAKABASHI, Luciano. **Investimento estrangeiro direto: Greenfield, por fusões e aquisições, volatilidade e seus efeitos no crescimento econômico brasileiro.** Revista Brasileira de Economia, v. 76, p. 197-223, 2022.

ROMER, Paul M. **Endogenous Technological Change.** Journal of Political Economy, v. 98, n. 5, p. S71-S102, 1990.

SELWYN, Benjamin. **The Global Resilience of the Labor Theory of Value.** Historical Materialism, v. 25, n. 4, p. 1-27, 2017.

SIQUEIRA, T. V. de. **Investimentos estrangeiros diretos (IED): origens, significado e benefícios.** 2022.

SOLOW, Robert M. **A contribution to the theory of economic growth.** The Quarterly Journal of Economics, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.